

## Parecer Jurídico 54/2023

Protocolo 36834 Envio em 15/08/2023 12:58:34

### Assunto: Projeto de Lei Complementar nº 14/2023

Trata-se de parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 14/2023, de autoria do Sr. Prefeito Municipal, que altera o art. 120 da Lei Complementar nº 283, de 4 de julho de 2023, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, estendendo aos portadores de curso de pós-graduação lato sensu os benefícios do adicional de nível universitário.

A proposição enquadra-se quanto aos aspectos de iniciativa e competência, nos termos dos art.55,§ 3º, II da Lei Orgânica do Município, combinado com art. 30, Inciso I da Constituição Federal, que assim diz:

*“LOM - Art. 55 - A iniciativa das leis cabe a qualquer Vereador, a Mesa Diretora, a qualquer Comissão Permanente da Câmara de Vereadores, ao Prefeito e aos eleitores do Município.*

*§3º - São de **iniciativa exclusiva do Prefeito** as leis que:*

*II - disponham sobre o regime jurídico dos servidores do Município;*”

*“CF – Art 30 Compete aos municípios:*

*I – legislar sobre assuntos de interesse local;*”

A matéria, por se tratar de lei complementar (Art. 54, § único, Inc. IV), deverá ser submetida a dois turnos de votação, conforme previsto no artigo 239, § 1º, alínea “b”, bem como obter votos da maioria absoluta para sua aprovação, nos termos do artigo 53, § 1º, Inciso I do Regimento Interno.

*“LOM - Art. 54 - Observado o processo legislativo das leis ordinárias, a aprovação de lei complementar exige o “quorum” da maioria absoluta dos membros da Câmara de Vereadores.*

***Parágrafo Único** - São leis complementares, além de outras indicadas nesta lei, as que disponham sobre:*

***IV - Estatuto do Servidor Público Municipal e suas alterações e todas as matérias relativas a cargos e salários, Planos de Reclassificação ou Tabelas de Vencimentos, aumentos, revisões e vantagens pecuniárias, obedecidos os postulados constitucionais;***

*“R.I - Art. 239 - Discussão é a fase dos trabalhos destinadas aos debates em Plenário.*

***§ 1º - Serão votados em dois turnos de discussão e votação, com intervalo mínimo de dez (10) dias entre eles:***

***b) os Projetos de Lei Complementar;**”*



**“Art. 53 - O Plenário deliberará:**  
**§ 1º - Por maioria absoluta sobre:**  
**III - Estatuto dos Servidores Municipais.”**

No mais, o presente Projeto de Lei é **legal** face às normas vigentes, podendo ter regular tramitação e apreciação pelo Egrégio Plenário.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 15 de Agosto de 2023

Mario Roberto PLazza  
Procurador Jurídico

